

APROVADO

Em reunião de 28, 9, 2023

Com: Unanimidade

-----votos a favor-----

-----votos contra-----

-----abstenção-----



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2023

I – ABERTURA -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas 20 h 12 m reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Salão de Sessões da Junta de Freguesia de Manique do Intendente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Atividade Municipal – Período de 11/4/2023 A 11/6/2023 -----

----- Ponto 2 – Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Aveiras de Cima – Atribuição de Apoio Financeiro ----- P 42/P/2023

----- Ponto 3 – Abertura de Procedimentos Concursais e Designação do Júri para cargos de Direção Intermédia de 2º Grau ----- P 44/P/2023

----- Ponto 4 – Reconhecimento de interesse público para a construção de Centro de Recuperação e Tratamento de Resíduos Não Perigosos e Não Metálicos – Processo n.2 24/22 PIP em nome de ECOCICLO – Energia e Ambiente, S.A. ----- P 45/P /2023

----- Ponto 5 – Revisão Orçamental ----- P47/P/2023

----- Ponto 6 – Projeto de Regulamento do Fundo Financeiro de Apoio ao Comércio Local no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbano de Azambuja (PARU) – Após consulta pública ----- P 49/P /2023

----- Ponto 7 - Ampliação do Cemitério de Aveiras de Cima ----- P 59/P/2023

\*\*\*\*\*

II – PRESENCAS -----

----- Mesa da Assembleia: -----

----- **Presidente** – Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos -----

----- **Primeiro Secretário** – Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo -----

----- **Segundo Secretário** – José Luís Marques dos Santos -----

----- Membros da Assembleia Municipal: -----

----- Encontravam-se presentes os membros senhores António Colaço Jacinto, David José Pinto Mendes, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos Alberto Cláudio Pires,



Carlos Alberto Rafael da Fonte, Cláudia Helena Domingos Gomes, Elisete Maria Vitorino Rodrigues, Francisco António Galvão Morgado, Firmino Miguel Santos Amendoeira, Gonçalo Luís Mesquita Ferreira, Gustavo Bruno Borda de Água, Horácio Gomes Ribeiro, José Avelino Colaço Correia, José Manuel Fortunato Martins, José Vieira Navarro de Andrade, Alexandre José Gomes Grazina, Maria de Fátima Gaspar Pinto, Marta David Gondar Diniz, Natália Maria Andrade Peres, Nelson Caetano Rodrigues, Sérgio Paulo de Sousa Alexandre, Maria João Martins Canilho de Sousa, José Avelino Colaço Correia e Helena Maria Amorim Maciel. -----

----- Faltou o Sr. Deputado Cláudio André Serrano Horta Salema. -----

----- Membros da Câmara Municipal: -----

----- **Presidente** – Silvino José da Silva Lúcio -----

----- **Vice-Presidente** – António José Mateus de Matos -----

----- **Vereadores** – Ana Margarida Serrano Gaspar Coelho -----

----- Filipe Alexandre Cristóvão da Silva -----

----- Rui Pedro Figueiredo Corça -----

----- José Paulo de Carvalho Pereira -----

----- Maria Inês da Graça Louro -----

----- Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi verificada a existência de quórum. -----

\*\*\*\*\*

### III – SUBSTITUIÇÕES -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia informou de que, ao abrigo do n.º 1 do artigo 78º e do n.º 1 do artigo 79º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na sua atual redação, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, o Senhor Deputado **Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição**, representante do PS na lista admitida sendo substituído pelo Senhor Deputado **José Luís Marques dos Santos**, representante do mesmo partido na lista admitida e o Senhor Deputado **António José da Fonseca Nobre**, representante do CDU na lista admitida sendo substituído pelo Senhor Deputado **António Colaço Jacinto**, representante do mesmo partido na lista admitida. -----

\*\*\*\*\*

### IV – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS” -----



---

----- A Senhora Presidente da Assembleia deu início à reunião, cumprimentou os presentes, o público que assistia via Youtube, no canal da autarquia e agradeceu à Junta de Freguesia de Manique do Intendente a cedência das instalações. Relembrou as normas aplicáveis à inscrição dos cidadãos para intervenção nesta Sessão, e perguntou se alguém queria intervir. -----

----- Interveio a Sra. Maria do Rosário Pereira, moradora na Arrifana que perguntou qual o ponto de situação das instalações da Junta de Freguesia, onde funcionava uma atividade comercial. -----

----- Interveio o Sr. João Marques para perguntar qual o estado dos postos de comunicação em Manique do Intendente, e como era residente na freguesia gostava também de saber ponto de situação da Revisão do PDM, pois gostava de fazer uma casa lá, e sabia que já existiam muitas construídas fora do PDM. -----

----- Interveio o Sr. Daniel Simões, que a propósito de há cerca de quinze dias ter sido realizado o Arraial de Manique do Intendente, perguntou se o executivo se não tinha sido notório o estado em que estava a estrada, que era a continuação da estrada principal de Manique, e de acesso a escola primária da Manique do Intendente. Disse que o executivo da junta de Manique já tinha identificado vários troços, mas que exigiam uma intervenção mais urgente, pensava que essa informação tivesse chegado, a sua pergunta era para quando estava pensava uma intervenção nas estradas identificadas pelo executivo da Junta. Outra questão era a Casa da Câmara, pensava que era da responsabilidade da Câmara a sua manutenção, e perguntou se estava pensado algum tipo de manutenção, porque era notório a sua urgência. -----

----- Interveio o Sr. Francisco Cruz que disse que vinha falar da estrada, que já tinha sido falado pelo Sr. anterior, mas realçou que o processo fosse visto o mais breve possível. A segunda situação era a sinalização horizontal e vertical e o trânsito em Manique, para regularizar o estacionamento, porque, dalguma forma os carros ficavam a tapar a visibilidade, e esperava que não houvesse um acidente grave. -----

----- Interveio o Sr. Pedro Ferreira que disse que algumas das questões já lançadas também eram dúvidas dele e quanto ao novo mercado diário, em Manique havia pouco investimento, mas queria saber para quando a abertura e o porquê de tanto atraso, disse que gostaria que fosse dada uma explicação acerca do Posto Médico de família se existia alguma novidade e se podiam acelerar o processo. -----



----- A Sra. Presidente da Assembleia agradeceu aos cidadãos e passou a palavra ao Presidente da Câmara, que em resposta, disse que o que tinha conhecimento fora de um ofício da Junta de Freguesia tinha enviado, dizendo que tinha um contrato com uma pessoa no mercado de Arrifana, e que tinha de pagar a luz, coisa que a Sra. que lá está não quer assumir essa responsabilidade, era o que sabia e dizia respeito à Junta de Freguesia, e conforme já tinha referido e tenha sido capa de jornal, aquela instalação fazia falta na Arrifana, e tinha de ser cumprido aquilo que estava regulamentado, em termos dos Regulamentos que a Junta de freguesia tinha. Quanto aos postos de comunicação pensa que o Sr. se referia ao conjunto exagerado de fios, era uma situação que a Câmara já tinha reportado às operadoras, que não só em Manique, mas generalizado pelo concelho, existia a miscelânea de cabos motivada pela oportunidade de as pessoas se ligarem livremente às operadoras também levava a isso, no entanto iria reforçar. Quanto ao PDM, tinham que o ter terminado até ao fim de 2023, mas nesse período de tempo não havia possibilidade de o desenvolver, achava que o tempo iria ser prorrogado, as entidades que têm de dar pareceres a CCDR; a DRAPO, o ICNF e tudo mais ainda há bem pouco tempo é que deram Pareceres, dos quais as Câmaras estavam a ter reuniões com eles para fazer o contraditório às questões que eles tinham levantado, relativamente às questões que a Câmara e a Equipa Técnica que acompanha o PDM, Manique do Intendente era uma população que tinha muita zona urbana, e portanto tinham dificuldade para fazer pedidos de zona urbana, tinham pedido algumas e ia-se ver se eram aceites, embora ao Pareceres não fossem vinculativos mas teriam de ter essa consonância em termos de operacionalidade no PDM. Quanto à estrada estava de facto muito degradada, desde os semáforos até à Pova de Manique, a Câmara está a tentar levantar um procedimento ainda neste ano, para entre essa e outras estradas referenciadas pelas Juntas de Freguesia, fazermos um concurso para as pôr em condições, quanto à Casa da Câmara é realmente da responsabilidade desta, e tem de fazer. Os sinais de trânsito colocavam a sinalização um pouquinho mais desregulado, disse que iria articular com a Junta. Quanto ao novo mercado, disse que já tinha sido inaugurado, estavam no momento a fazer uma alteração aos artigos, pois o prédio estava num só e a Câmara estava a fazer a alteração para poder entregá-lo à Junta de Freguesia, O Médico de Família, que estava em Alcoentre tinha passado para Manique, não era o apoio pretendido, não fazia consultas familiares, só passava baixas, consultas e tudo o mais e nesta vinda de médicos ia ver se conseguia também um para Manique. ---



\*\*\*\*\*

## V – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA

### ----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- A Ata da reunião de 28 de fevereiro de 2023 foi aprovada por unanimidade. -----

### ----- INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS -----

----- Interveio o Sr. Deputado Carlos Fonte, dizendo que na escola Almeida Grandella em Tagarro, não tinham regado os jardins, nem sequer tinham cortado as ervas e as silvas que estavam à altura das janelas, dito isto solicitou ao Presidente da Câmara se lhe podia entregar a chave do espaço exterior que ele ia lá cortá-las evitando assim apresentarem tal imagem. Quanto aos confinantes perguntou se já tinham sido obrigados a cumprir com a Lei, a cortar a vegetação à distância obrigatória por Lei, se sim como é que estava o processo. Disse ter ouvido que o edifício da EPAC, que estava alguém do executivo muito empenhado em fazer uma permuta do edifício, tinha-lhe sido dito que o Presidente estava contra, poder-se-ia abrir o leque e dar conhecimento do que de facto se passava? Linhas de água de todo o concelho, era urgente tomar medidas das limpezas dos cursos de água por todo o Município, tinham caído muitos litros de água no mês de maio e houvera situações caricatas em Aveiras de Cima, como a transferência de competências era responsabilidade de algumas Juntas, estava-se a cortar e a mandar para as valetas, era sabido que já se tinha cortado grande parte desta vegetação junto das propriedades, estradas nacionais e não só, inclusivamente estradas municipais, acontecia que tinham vindo estas águas e ficou tudo inundado, agradecia porém que a Câmara Municipal e a Proteção Civil fizessem chegar esta mensagem às Juntas de Freguesia, porque cortava-se a vegetação e ficava nas valetas e via-se o resultado. Outra questão que tinha para colocar era a publicidade à Festa do Avante, pintada em património público, o ano passado tinha sido em património privado, os proprietários tiveram de se encarregar de resolver a situação, este ano tinha sido feito numa fonte, o Sr. Presidente da Junta de Azambuja tinha mais uma despesa para o seu Orçamento, quando tinha chamado a atenção no ano passado do Sr. Presidente, este dissera que ia chamar a atenção dos Dirigentes do Partido, verificara-se agora que não tinha surtido efeito algum a chamada de atenção com as situações desagradáveis a surgir. -----

----- Em resposta o Sr. Presidente, agradeceu ao Deputado, mas já estava agendada uma visita com os Vereadores para verem o estado do imóvel, bem como a Proteção Civil já tinha indicações para



---

dizer ao proprietário que fazia extrema, para cortar aquelas silvas. Relativamente ao EPAC, não tinha conhecimento de nada, existia lá o GDA, e a Ação Social tinha lá uma parte dos materiais que sobraram da Ucrânia, e tinha alguns bens para apoiar certas situações sociais que vão aparecendo no nosso município. Quantos às linhas de água não podiam ser generalizadas, o Município só tinha responsabilidade de limpeza das linhas de água dentro da zona urbana, e da forma como foi colocada a questão parecia que o Município era responsável por todas, as freguesias tinham competências para fazer o corte da vegetação, alguns casos melhores que outras, a Câmara tem chamado a atenção ao IP, que corta a vegetação e Depois deixa lá os resíduos, encontrando-se nessa situação que refere, valetas cheias de resíduos e a água transbordando delas, quanto às pinturas da Festa do Avante disse que já tinha falado com o Deputado Nobre e que seriam tratadas. -----

----- Interveio a Sra. Deputada Helena Maciel dizendo que se estava a cerca de um mês do programa Bata Branca Cerci, um tempo ainda embrionário para balanços, mas era necessário fazer uma avaliação prévia, no momento existiam seis médicos no ativo, pretendia saber se tinha havido algum constrangimento no processo adaptativo, e colocar uma questão que o Sr. Presidente comunicara o pagamento de um valor pelo próprio utente, pois o que estava definido era que os utentes não têm que pagar, uma vez que as taxas moderadoras foram extintas. Partindo do princípio de não estamos a submeter uma consulta de recurso, gostaria de saber se sempre teria de ser pago e se a Câmara pagaria o que o SNS não pagaria. Outra questão era o Plano de Mobilidade do Concelho de Transportes, relativamente à questão de expansão da ferrovia e da duplicação de linhas outros concelhos têm feito debates, têm colocados linhas vermelhas, o concelho de Azambuja nada fala, a 11 de dezembro de 2022 tinham sido apresentados pelos técnicos do PDM que não sabiam de nada ao nível do IP, queria saber se neste momento já estariam por dentro do assunto. Para finalizar disse estar preocupada quando via no jornal Valor Local, o Secretário das Infraestruturas dizer que as obras eram urgentes entre o Casal Pinheiro e o Carregado, e Azambuja não tem direito a nada? -----

----- Interveio a Sra. Deputada Marta Diniz que disse que a luta dos trabalhadores era uma questão cada vez mais presente e mais latente no nosso Concelho, por isso uma palavra de saudação do Partido Comunista Português a todos os trabalhadores do Concelho que lutavam contra as injustiças diariamente e não desarmavam perante o sistema social explorador e predatório. Ontem 26 de julho encontraram-se em luta os trabalhadores do Polo Logístico de Azambuja, na sequência das jornadas





---

da CGTP, mas neste ano e no que passou, não pararam as graves e plenários e ações de luta por melhores condições de segurança no trabalho, por uma proteção adequada em casos de acidentes de trabalho, e nesse caso deixar uma palavra de solidariedade a duas vítimas que sofreram acidentes de trabalho na Plataforma Logística, por melhores trabalhos e salários, pelo fim da discriminação e pela afirmação do direito sindical. O PCP mais uma vez estivera presente nestes Plenários e ações de luta realizados para prestara sua solidariedade, para com a luta dos trabalhadores, para que pudessem dar mais voz nos sítios onde estavam presentes. Estas trabalhadores são os trabalhadores do concelho de Azambuja, e são eles que produzem toda a riqueza, seja a riqueza nacional, seja a riqueza para o nosso concelho. É necessário que esta Assembleia Municipal preste homenagem a todos os trabalhadores, que produzem riqueza, mas não a detêm, enquanto algumas empresas algumas delas no nosso Concelho, que são frutos de salários não pagos e de preços abusivos, os trabalhadores continuam a receber salários mínimos que não conseguem dar resposta ao aumento constante dos bens essenciais, do gás, da energia e da água, e neste ponto deixem-me sublinhar que a gestão das águas no Concelho é privada, desta forma as empresas continuam a enriquecer os seus bolsos e a conta da água continua a subir, esta receita poderia ser utilizada para melhorar as condições de vida da população. Taxas de Juro do Crédito, habitação e rendas continuam a subir e culpam os trabalhadores, o governo do PS continua a assobiar para o lado e era sobre a EU, e não era dos trabalhadores ou dos altos salários de como se tinha ouvido a Sra. Presidente do Banco Central Europeu, trabalhadores que trabalham há vinte e três anos na Sonae e recebem o salário mínimo, trabalhando com temperaturas negativas ou com mais de 45º, que têm de caminhar pela linha do comboio, morrendo e sofrendo acidentes de trabalho nessa sequencia, que são discriminados e que são ameaçados não tendo culpa da situação em que se encontram e também não mereciam a pouca consideração que o Concelho de Azambuja lhes concede, é possível superar a situação económica e social que no nosso país e no nosso concelho, por essa razão o PCP exige que se ouçam as suas reivindicações, é necessário aumentar salários, regular o preço dos bens essenciais e exigir a gestão pública de serviços que pela sua essencialidade fossem de natureza pública, desta forma sabemos que a luta de trabalhadores do Concelho de Azambuja, continuará, e o PCP ao seu lado se manterá, como sempre se manteve. Depois a Sra. Deputada colocou a seguinte questão, após o contacto de alguns dos moradores das torres de Azambuja, tinha recebido algumas queixas de

---

estacionamento nos passeios que impediam a passagem nessas zonas, assim como a limpeza de espaços públicos no Concelho, pelo que sensibilizava a junta de Freguesia a estar atenta a tal situação. -----

----- Em resposta respondeu o Sr. Presidente dizendo que desde a implementação do projeto Bata Branca, desde 7 do mês que corria, o feedback era que estava tudo a correr bem e que as pessoas continuavam a estar isentas do pagamento de taxas moderadoras, queria dizer que o projeto tinha o apoio da Cerci, mas o pagamento aos médicos era feito pela Administração Central, que pagava 27€ e a Câmara Municipal que pagaria 13 €, a Cerci não tinha qualquer tipo de despesa relativamente aos vencimentos. Quanto ao projeto de alterações a Câmara ficara altamente preocupada, porque na zona de Vila Nova da Rainha, o traçado passava a menos de 50m das casas, era uma situação que estavam a acompanhar de perto, já tinham uma lista do traçado que passaria pelos nossos terrenos, os serviços já o tinham, e quando for a altura a Câmara, a Junta de Freguesia e a população iriam fazer as démarches para que a situação não seja possível, ou encostar o corredor o mais possível da parte habitacional. Quanto à notícia do Valor Local não tinha lido, sabia que andavam a fazer beneficiações dentro do Carregado, tinha visto, mas ia ver do que se passava, agradeceu a informação, sabia que o processo das rotundas já tinha sido despachado pelo Sr. Ministro das Finanças, pelo que se esperava que a obra estivesse para breve. Relativamente à campanha política que a Marta tinha feito, o PS associava-se também, falou também duma situação que já fora levantada na Sessão de Câmara, o estacionamento abusivo junto às Torres, já tinham criado algumas barreiras físicas para que tal não acontecesse, mas o que era certo era que as pessoas retiravam os pins e selvaticamente estacionam, iam colocar novamente barreiras para que essa situação não voltasse a acontecer. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Firmino Amendoeira, dizendo que sabia que as questões que trazia não eram da competência da Câmara, mas esta devia pressionar para que as coisa não acontecessem, a primeira era em relação aos elevadores da estação da CP, que estavam constantemente avariados, e desta vez já há um mês ou mais que estavam sem funcionar, dificultando as pessoas com pouca mobilidade, solicitava por isso que a Câmara fizesse as diligências necessárias junto da CP para que tais situações não se repetissem, a segunda era a Ribeira do Valverde, sabia que a Câmara limpava o que ficava no espaço urbano, mas alguém teria que zelar pelo resto, o que acontecia era que a Norte



---

da Ponte da Lavandeira os proprietários cortaram a vegetação e as canas no terreno, quando chegaram ao ribeiro não limparam, cortaram mas não tinham limpo, o que poderia fazer com que se viesse uma chuvada boa, as canas não iam deixar a água passar pela ponte. Aproveitou para dar uma saudação especial ao Presidente da Junta de Vila Nova da Rainha, por causa do TGV, pois achava que o que aí vinha não era só uma luta do Presidente da Câmara, nem do Presidente de Junta de Vila Nova da Rainha, mas sim uma luta de todos, pois não era um problema de Vila Nova, era um problema do concelho de Azambuja, pelo que apelava a todos que tivessem todos essa sensibilidade. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Vila Nova da Rainha, Deputado Bruno Borda de Água, que disse que a construção do passeio aquando da construção dos novos armazéns, não parecia ter sido muito bem pensado, pois o mesmo terminava a cerca de 200 m de uma passagem superior e o que fazia o acontecesse o que tinha acontecido, mais uma morte naquele local, gostava de saber quem de direito é responsável por o que foi feito naquele local. Quanto ao transporte de crianças do ciclo, eram crianças de nove e dez anos, as quais mereciam ter o mesmo direito que outras de outras freguesias, pois terem que se deslocar 1,2 km até à escola era surreal, era assunto que tinha sido mencionado há um ano atrás, e o Sr. Presidente dissera-nos que ia estudar o assunto, ia analisar o mesmo e gostaria de saber se já analisou, e se já tinha chegado a alguma conclusão e solução. Corte da Vegetação na Qta. do Queimado, mais uma vez pedia que fossem tomadas medidas sobre aquele espaço, que está entregue à Câmara Municipal, e o mesmo necessita de estar mais bem cuidado, não ao abandono. -----

----- Interveio o Sr. Deputado David Mendes que disse acerca do TGV, que o IP estava aberto a alterar o traçado, não sabia se a Câmara tinha conhecimento disto, e que está previsto para o encontro Carregado. porque as linhas tinham sido feitas ao mesmo tempo que Lisboa para norte e do Porto para sul, enquanto elas não funcionarem, está previsto a duplicação de uma linha entre o Carregado e Azambuja para funcionar temporariamente, enquanto não houver essa ligação completa. Queria saber se a Câmara tinha ou não conhecimento disto, porque isto ia influenciar toda a zona industrial e o PDM. -----

----- Em resposta o Sr. Presidente disse que os elevadores da CP eram uma questão recorrente, fruto de intervenções na Reunião de Câmara, já tinha contactado a CP e ia continuar a Contactar para fazerem a reparação ou que os substituíssem. Tinha reparado que tinha havido um corte de canas

---

do lado esquerdo da ribeira, não tinha reparado se a vegetação tinha sido retirada. Quanto ao TGV, considerou que a luta era de todos. O passeio contínuo junto das instalações da Aquila, o que a Proteção Civil lhe tinha dito era que as pessoas em vez de passarem na passadeira, tinham feito um buraco por baixo da vedação e atravessavam a linha para o lado de lá, situação expressamente proibida e perigosa e tinha acontecido o acidente de uma senhora de 30 anos mortalmente colhida. Quanto ao transporte, a Câmara só tinha obrigação de transportar os meninos até à quarta classe e do primeiro ciclo do Pré-escolar, estava-se a ver se conseguia com os horários e a aquisição de mais uma viatura resolver a situação. A Qta. do Queimado tinha sido entregue por permuta do investimento, teriam de ter mais cuidado e passar lá com a grade de discos. Para finalizar disse que a Câmara sabia que o IP teria de fazer consulta pública, estava numa fase muito embrionária em que havia um conjunto de procedimentos a desenvolver, e com certeza as pessoas iam ser ouvidas, o que não invalidava que não fizessem todos uma reunião. Quanto à comunicação da CP, já tinha sido recebido um ofício estava - se a agendar uma reunião entre a Câmara, a Junta e os donos das logísticas para verem o assunto. -----

----- Interveio a Sra. Deputada Maria de Fátima Pinto para agradecer ao Presidente o envio das respostas que tinham sido colocadas há sete meses, solicitava por isso que se voltasse a receber questões do CH, fosse mais célere a resposta porque a mensagem podia perder-se. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Gonçalo Ferreira, era para apresentar o relatório da Comissão de Planeamento Estratégico e Atividades Económicas, que coordenava, mas a solicitação da Sra. Presidente tal ficaria para a reunião seguinte, formulou assim a questão sobre as JMJ, estimando-se assim a afluência de mais de um milhão de pessoas, sobretudo jovens, o Município de Azambuja ficava muito perto do local do evento, o que perguntava era se já havia uma estimativa de quantas pessoas iriamos receber, se a direção das Jornadas já lhe teriam fornecido essa informação, qual o plano do Município para acolher essas pessoas que ficassem, e de forma o Município espera trazer valor acrescentado a esse aumento de jovens que estarão cá nesse período. Relativamente às Ferias ativas perguntou se já estava a decorrer e se já havia expectativas de quantos jovens é que se encontravam inscritos. -----

----- O Sr. Presidente disse que tinham tido uma reunião com um conjunto de Concelhos, incluído o de Azambuja, inicialmente estava previsto virem para o Concelho cerca de 5.000 pessoas, e vamos

---

receber 1.300. Os espaços disponíveis em Azambuja eram o Pavilhão Municipal, o Pavilhão de Vale do Paraíso, o Pavilhão da Casa do Povo de Aveiras de Cima, a Escola 2/3 de Aveiras de Cima e o Pavilhão de Manique do Intendente. Tinha estado numa reunião da CIMLT e estava tudo muito apreensivo porque tinha saído um memorando da ARS, com um conjunto de situações de saúde que têm de ser previstas que era de bradar aos céus, não teriam capacidade de fazer. Depois de saber a quantidade de pessoas que ficassem em cada localidade, era necessário a Câmara disponibilizar transporte para as poder trazer para Azambuja, não era fácil, em Aveiras eram cerca de 700 pessoas, com mais 200 do alto concelho, totalizando 1000 pessoas, não iria ser fácil, mas iriam tentar fazer o seu melhor, que era o espírito que tinham imbuídos. Relativamente ao pequeno-almoço era uma empresa que o fornecia, o pão era entregue de manhã, todos os dias, o almoço ainda não sabia, a menos de um mês estava tudo ainda muito negro. Tinham inscritas 580 crianças, para o mês de julho estavam a ver se conseguiriam fazer o programa nos primeiros 15 dias de setembro, que era uma ajuda para os pais. Relativamente à Deputada Fátima disse que iria apressar as respostas. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Aveiras de Cima, António Torrão que perguntou como ia o assunto do buraco, as vedações estavam caídas, quando é que começavam a fazer a limpeza do rio Caju da ribeira da Fonte e da Ribeira da Milhariça, quando é que se estaria em condições para abertura da casa da Câmara e do bar da Milhariça há cerca de três anos fechado, sem render um cêntimo, quando é que se resolvia a situação das esplanadas não só em Aveiras mas pelo Concelho inteiro. O Município tinha comprado as casas de Aveiras tinha transformado em estacionamento, fizera muito bem, mas como era em pó de pedra e fazia lá muito vento, as pessoas não conseguiam abrir as janelas por causa do pó, perguntou para quando o alcatroamento do espaço e a marcação do pavimento. -----

----- Interveio a Sra. Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, para fazer um esclarecimento acerca das crianças das Virtudes e de Vila Nova da Rainha, como o Presidente dissera era uns privilegiados, pois têm o Comboio à porta, só que são crianças de 8 e 9 anos que transportam mochilas, que pesavam aproximadamente entre 10 a 12 Kg às costas, Não tinha informação mas em relação às Virtudes obviamente que tinha, para além do desfasamento dos horários de hora a hora, as crianças ou chegavam com uma hora de antecedência ou chegavam atrasados à escola, com a dita mochila às costas, se haviam crianças privilegiadas não serão estas. Alguma solução teria de ser encontrada



---

para este problema, faça ou não parte das atribuições da CMA, eram crianças que faziam parte do Município, eram crianças que precisavam de ajuda. -----

----- Em resposta o Presidente disse que já tinha dito que estava a analisar o problema, já sabia o número de crianças de Vila Nova da Rainha, aguardava pelas Virtudes, e logo veria o que é podia fazer. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Firmino Amendoeira, para dizer que se tinha falado das crianças de Vila Nova e Virtudes, mas não se falava nas dos Casais da Lagoa, ao que o Sr. Presidente que o autocarro que passava nos casais ia colocar as crianças á porta da escola. Para responder ao Sr. Torrão, disse que o buraco junto à Almeida Grandella, tinha sido comprado por um senhor que vivia em Angola, já tinha reunido com ele e a Dra. Carla Roma para ver da possibilidade de construir ali um edifício, quanto ás limpezas que são responsabilidade da Câmara, teria de ser feito um esforço para as limpar, era intenção limpá-las antes do Outono antes de virem as primeiras chuvas, os procedimentos para a Casa da Câmara e da Milhariça estavam prontos, iriam lança-los , o espaço de estacionamento estava para breve, quando se alcatroassem as ruas. -----

\*\*\*\*\*

## VI – ORDEM DO DIA -----

### ----- Ponto 1 – Atividade Municipal – Período de 11 de abril a 11 de junho de 2023 -----

----- Interveio a Deputada Natália Peres, que disse que Depois de uma reunião que fora feita pelo Sr. Presidente, em Alcoentre, nos Bombeiros de Alcoentre, e após ter lido uma mensagem que estava na sua caixa de correio, via na informação que cabia à ARS desenvolver o processo de candidatura assegurar para que a mesma seja aprovada para que as obras se tornem uma realidade. Acontecia que no Jornal Local datado de 4/1/2023 , foi dada uma entrevista pela Vereadora Ana Coelho, que diz que foi aprovada pela Administração Regional de Saúde, de Lisboa e Vale do Tejo, embora a Autarquia não tenha conhecimento da duração dos trabalhos, sabe-se que a unidade vai encerrar portas na próxima segunda-feira, dia 9 de janeiro, esta informação diz-nos que foi aprovada, há aqui uma disparidade entre uma notícia de janeiro que foi aprovada e um panfleto que lhe surgiu em junho de 2023, que diz que espera que seja aprovada, queria saber por isso se tinha ou não sido aprovada a candidatura para estas obras. Perguntou também no ponto 6.01.04 que dizia que existiam 91 alunos do Concelho a estudar fora, perguntava se estes alunos o faziam por não terem transporte,



---

ou se não têm as valências necessárias para que eles continuem a estudar por cá. Por fim pedia um esclarecimento, no ponto 07.04.03 sobre Juventude Em Ação Acompanhamento da Plataformas Atlas Salto pedia para ser elucidada do assunto. -----

----- Interveio o Deputado Carlos Fonte, que disse que no Ponto 03.01.02 Pavimentação de estradas. Era falado a Pavimentação de várias ruas em Azambuja, perguntou se não podiam vir o nome das ruas intervencionadas, 08.02.13 Comissão de crianças e Jovens em Risco, tendo havido 7 reuniões ordinárias e 1 extraordinária e 2 alargadas ordinárias, perguntou quem foi a estas reuniões para substituição da Sra. Deputada Marta Diniz. No ponto 09.01.05 Gabinete Técnico Vegetal constava no âmbito da atividade, notificação no âmbito do Decreto-Lei nº 82/2021, de 13 de outubro, Limpezas de Terrenos, verificação de Faixas de Gestão de Combustíveis e Elaboração do POM 2023, quantas notificações tinham sido emitidas, quantas notificações de Limpeza de terrenos foram efetuadas? Comentou que cada vez que faziam uma reunião fazia a mesma pergunta, seria que o documento não estaria preparado para trazer o número de notificações? Outra questão era a transmissão online das Assembleias Municipais, foi solicitado por mim para que viesse explanado no relatório de atividades, os dados das Assembleias e das Reuniões do Executivo, o Sr. Presidente disse-me que ia ver, não haveria problema em fazê-lo, mas hoje tinha de perguntar para quando ia acontecer o relatório dos dados. -----

----- Para responder à Sra. Deputada Natália Peres o Sr. Presidente disse que foi aprovado o investimento na última Assembleia Municipal, quanto aos alunos que vão estudar para fora do Concelho, deve-se essencialmente à não existência de determinadas disciplinas nas escolas do Concelho, quanto ao workshop era um conjunto de encontros que estavam a ser feitos, na Casa da Juventude, em Azambuja, com uma diversidade de temas que não conseguia de momento dizer-lhe.

----- Depois o Sr. Carlos Fonte, falou dos nomes das ruas, podia ter vindo lá o nome mas não vinha, numa próxima relatório já lhe diria que ruas eram, substituição da Marta Diniz já pedira ao Partido Comunista para indicar se tinha alguém para substituir, aguardava resposta; No gabinete Técnico Florestal tinham sido feitas 214 notificações, fora feito um conjunto de limpezas e também nas visualizações Online para breve teria os números e ser-lhe-ia esclarecido quantos pessoas é que estariam a ver essa visualização. -----

----- A Sra. Deputada Helena Maciel que referiu que havia sete saídas nos RH, não dizia exatamente

que tinham saído três Técnicas superiores, mas não dizia de que áreas é que eram, estava desfalcado em quer, está a pensar substituí-los quando? A Gestão e a Modernização administrativa, temos a indicação de 12 Formações abrangendo 434 horas, 43 trabalhadores diz exatamente, mas não dizia quais eram estas ações. Relativamente ao PDM já tinha falado hoje e disse que havia reuniões de Concertação, uma vez que havia pontos que estavam a bloquear a possibilidade de aprovação do nosso PDM, neste momento não existiam datas e não tinham Entidades dessas reuniões, convinha que estivessem para poderem ser acompanhadas. Relativamente à questão do Plano de Habitação Estratégico de Azambuja, havia um projeto e um relatório final, isto está no Plano de Atividades no ponto 2.03.04, a questão era quando é que pensava apresentar o Relatório e se vai informar as pessoas ou as pessoas moradoras em determinadas áreas de maior vulnerabilidade de habitação, sobre este direito de preferência para a habitação social, quanto à Acessibilidade de Infraestruturas Viárias, reabilitação das ruas de Azambuja, falta saber quais e em que âmbito, para efeitos de segurança rodoviária, Parques e Jardins, precisamos de ver se a manutenção é preventiva onde ocorre porque é que ela está a exatamente a ocorrer e porque é que está a corrigir a montante. Parques e Jardins, diz na informação que há lançamento para três coberturas para espaços exteriores, vila Nova da Rainha tinha uma escola onde as crianças não tinham zonas de sombra para brincar, relativamente às Bolsas de Estudo, não há equidade, não havia proporcionalidade, continuavam a ter uma desproporcionalidade e os jovens que se candidatavam, face ao Alto Concelho que não têm candidatos ou então teria um ou dois que se candidata às Bolsas. Perguntou porque é que não estava ainda definido um plano de Incêndios numa Praça que organizava eventos, que a Câmara municipal era promotora. Relativamente à Saúde gostava de perceber o que era o Documento Estratégico do Perfil de Saúde que estava a ser elaborado, outra questão era o facto dos idosos, a teleassistência, tinha sinalizado 28 idosos, gostava de saber que território e se realmente estava inerente a este serviço, se era saúde, segurança ou se ambas. Quanto ao Orçamento Participativo, do qual Vila Nova da Rainha, e Vale do Paraíso foram excluídos, ninguém das 39 propostas tinha acedido em submeter uma Proposta participativa para participar. Quanto às Contas, o que é que correspondia a F23.43 da Aquisição de Serviços no valor de 60.000 €, e o Regime Jurídico para a Segurança e Ciberespaço que com um valor orçado de 4.992 € e que gostaria de saber o que



constava. Para finalizar perguntou se o serviço de Vigilância contratado de maio a abril de 2023, pretendia saber o que era este caderno de encargos, para o Mercado Municipal. -----

----- Em resposta o Sr. Presidente disse que ia tentar responder, tinham saído 7 Assistentes Técnicos, Os três Técnicos eram Biblioteca, Gabinete Técnico Florestal e Proteção Civil, a Sra. Deputada se quiser mais informações dar-lhe-ei, a Reunião de Concertação com a CCDR, com a DRAP, o ICNF, o Eng.º Paulo Natário, não recordava se era mais alguém, Os Parques Infantis não percebera o que queria saber, os Parques exteriores das escolas, penso que se referia aos telheiros, que tinham sido definidos pelos Agrupamentos, e a Câmara em função das suas disponibilidades mandou consertar, um em Azambuja, um em Alcoentre e outro em Aveiras Cima. Vila Nova da Rainha seria arranjado numa outra altura, quanto as Bolsas de Estudo, havia Bolsas de Mérito, com certeza que a Comissão era isenta e não estava a analisar se era de Vale Do Paraíso, ou de outro sítio qualquer, não sabiam de onde eram as pessoas. Disse não saber que a Praça de Toiros não tinha o Plano de Segurança, ia ver o que se passava, o Plano da Saúde já passava a palavra à Sra. Vereadora, falta de médicos era um assunto que temos vindo a falar, portanto não há médicos num concelho, vamos receber mais uma médica que vem para o concelho, e estamos a fazer todos os esforços e sei que o governo está a contabilizar médicos fora do país para eventualmente colocar nesta região do País para suprir um conjunto de situações de falta de médicos, também falou do Orçamento Participativo, e referiu que não tinham contemplados nenhuns projetos para Vila Nova da Rainha e Vale do Paraíso, portanto com os requisitos do F43, 60.000€ era um projeto que tinha que ver com a uma candidatura que recorria do nosso plano carbónico, do ciberespaço não sabia se estava presente a Dra. Irene, a quem perguntou se sabia alguma coisa do Ciberespaço, se a Sra. Presidente autorizar, a quem ela disse que sim, e a Dra. disse que o Serviço se prendia com as necessidades de orientação para os serviços de orientação pública, e o Regulamento da União Europeia, e tinha sido transposto para a nossa ordem europeia através do Decreto-Lei nº 65/2001, e obrigava todas as entidades a desenvolver um Plano de Segurança de Informação e a elaborar um inventário onde demonstrem todos os ativos onde se trabalha a nível de equipamentos informáticos, a elaborar relatórios sobre a segurança da informação, e a apresenta-los às entidades responsáveis em termos de entidades centrais para fazer avaliações de risco, sempre que houvesse tentativas de intrusão nos nossos sistemas informáticos, isso era feito pelos nossos técnicos do gabinete de informática e era acompanhado exteriormente. -



---

---- O Presidente agradeceu e disse que os tempos de abril de 2023, estavam mal definidos por isso não sabia se se referia a uma empresa a uma empresa externa à Câmara que a Câmara não tinha condições para lá estar, a fazer esse tipo de enquadramento de recolha e de encaminhamento e de controle para quem tem condições para estar no ,mercado mensal, e também não poderíamos fazer ali, porque o espaço era um espaço cedido pelo Montepio, tivera um período de cinco + cinco anos e agora era anual, todos os anos, até prova em contrário, até provar que nenhuma das partes denuncie o Protocolo, este mantem-se. Quanto às questões da Saúde, passou a palavra à Sra. Vereadora, que disse que o diagnóstico da Situação de Saúde, era um documento que iria servir de base para Depois, a elaboração de base para o Plano de Saúde Municipal. Tendo em conta que o Município vai assumir o que são as Transferências de Competências no âmbito da Saúde, e convinha que houvesse um Diagnóstico para identificar os problemas e necessidades da população, bem como os serviços e os recursos disponíveis, bem como assim, definir as prioridades e o caminho a seguir. -

----- Interveio a Sra. Deputada Fátima Pinto, para dizer que na página 5, 06.01.01 as tão faladas coberturas, onde se lê Escolas de Vale Aveiras. Alcoentre e Boavida Canada, se calhar podia-se retificar e escrever EB de Aveiras de Cima e Centro Escolar Boavida Canada, Depois, na página 14, a rúbrica 06.07. à Mesa com os Restaurantes do Concelho, fala-nos em planeamento do evento, que decorrerá em outubro em data a definir, em março teria sido feito apenas o planeamento, em que é que tinha constituído este planeamento, Depois na página 30, cujo título eram Procedimentos de Contratação Pública, temos uma página que estava datada de 14 de junho de 2023, e Depois tínhamos uma outra página datada de 16 de fevereiro de 2023, que tinha um nome, e são precisamente iguais, pelo que perguntou o que é que significava uma e outra, se eram iguais, porque é que uma estava com uma data, a outra estava com outra e uma tem um nome e a outra não. -----

----- Interveio a Sra. Deputada Marta Diniz para colocar duas questões, uma tinha a ver com o Plano Mais Igualdade, referido na Atividade Municipal, queria saber em que ponto é que estava o Plano, de que forma é que estava implementado. A outra pergunta, relacionava-se com o Centro Local de Apoio à Imigração, saber como é que funcionava o Centro, resultados e quantas pessoas é que têm recorrido a este serviço. Relativamente à apresentação de Informações, relativamente à Comissão de Crianças e Jovens, tinham a dizer que já tinham indicado o nome, o Deputado António Nobre, já



---

tinha indicado o nome, tinha transmitido que não tinha existido qualquer tipo de evolução nesse sentido, que a pessoa indicada, ainda não tinha sido chamada, e não sabia o que se passava. -----

----- A Sra. Presidente da Assembleia disse que à Mesa da Assembleia, ainda não chegara a indicação desse nome, portanto certamente haveria alguma falha de comunicação, mas iriam entrar novamente em contacto com o Sr. Deputado António Nobre, para esclarecer a situação. Posto isto deu a palavra ao Sr. Presidente, que disse que o planeamento para a GULA, era normal fazer-se em junho, para Depois elaborá-lo em outubro, o vice-presidente concordou com o que ele dissera e não existiu qualquer votação, a Deputada disse que na próxima não custava nada acrescentar isso ao documento. Continuando o Sr. Presidente disse que na página 30 tinha que ver com o mapa de encargos com a liquidação de empréstimos, que estava duplicada por não ter sido assinada, para responder á Deputada Marta Diniz, disse que ia ver a situação da Proteção de jovens, disse que não tinha conhecimento, estranhava o facto de não ser informado, quanto á questões que tinha colocado a Sra. Vereadora Mara Oliveira não estava presente, deixava essas questões para ela mesmo responder, a Sra. Presidente da Assembleia disse que poderia colocar a questão à mesa da Assembleia, que seria encaminhada para a Vereadora. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Nelson Rodrigues para perguntar no ponto 01.03, Viaturas e Equipamentos tinha visto a aquisição de um miniautocarro, perguntou se era novo ou para substituir algum da frota. Na rúbrica 06.01.01 Equipamentos Escolares viu que a antiga Escola de Vila de S: Pedro estava a ser intervencionada, o que iria acontecer à Escola. Em 07.04.01 viu que a Casa da Juventude abria semanalmente das 14h30m às 17h30m, ficou preocupado de não ter mais tempo para os alunos lá puderem estar. Quanto ao PDM ficou preocupado, numa intervenção do Sr. Presidente, tinha percebido que o PDM não seria acabado em 2023, perguntou se isso não traria consequências negativas para o Município. -----

----- Interveio o Deputado Carlos Fonte dizendo que na aquisição do autocarro, estava esperançado que viesse a contribuir para a pegada carbónica da bicicleta, tinham falado disso nos elétricos, mas não fora aí que o tinha feito chegar, no ponto 07 Cultura Turismo Desporto e Juventude, via uma série de atividades, com o que concordava, mas não via nada no convento das Virtudes, o problema com a dívida ainda se mantinha? -----

----- O Sr. Presidente disse que o novo autocarro se prendia com os anos que os outros tinham, e ao



abrigo da legislação embora ela tivesse sido alterada, autocarros com mais de 16 anos ao serviço não podiam transportar crianças, era um paradoxo porque nos autocarros da RN tinham 30 ou mesmo 40 anos e transportavam-nas, tinha de comprar um este ano e um no ano que vinha. A obra na Escola de Vila Nova de S. Pedro tinha que ver com o Castro, era necessário criar instalações condignas para quem trabalhasse connosco durante o mês de julho, os estudantes e os arqueólogos, disse que na terça-feira entregavam as contas de maio e as da Avinho, aos Srs. Vereadores e faria chegar à Sra. Presidente da Assembleia para fazer chegar aos restantes Deputados, quanto ao PDM era a constatação que todos faziam, ainda naquele dia no CIMLT, todos os Presidentes tinham falado na situação e que a CCDR não tinha condições para dar informações e fazer o que tinha de fazer até final do período, vai haver prorrogações conforme houve, não há capacidade dos organismos intermédios do Estado. Para responder ao Sr. Carlos Fonte disse que o autocarro era a gasóleo e relativamente ao convento das Virtudes, passava a palavra ao vice-presidente, que disse que no que dizia respeito à Casa da Juventude, era às quartas-feiras à tarde as coisas resolvem-se melhor, há mais miúdos disponíveis para lá irem e mesmo assim não são muitos. Lá eles faziam jogos de tabuleiro, matraquilhos ténis de mesa e ainda podem estudar se assim o entenderem. Era uma questão muito falsa dizer que a Casa da Juventude era necessária para o estudo, tinha-se a Biblioteca Municipal aberta todos os dias, em altura de exames a Biblioteca estava aberta até mais tarde, para permitir que as pessoas que não têm condições em casa de Internet, computador, e mesmo livros assim tenham acesso a informação e a possibilidade de estudo. No que dizia respeito ao Convento das Virtudes, a Câmara não tinha dívida a absolutamente ninguém, já pagou tudo o que tinha a pagar, não estava fechado, tinha voltado a abrir recentemente, todos os sábados e domingos, das 14h às 18 h, estava lá uma pessoa, ainda no sábado tinha tido uma visita de 14 pessoas e no domingo 11. --

----- Interveio o Deputado David Mendes na análise da Situação Financeira no parágrafo dívidas a terceiros, gostava de saber os financiamentos obtidos na ordem dos 4,689.059 €, gostaria de saber em que âmbito é que foram contraídos e o que eram, também no item 27.7 Cauções no valor de 1,2 ME a que se referia este valor, ao que o Sr. Presidente solicitou à Dra. Irene que o fizesse, tendo ela dito que o valor estava na pagina 30, diversos empréstimos e o outro dizia respeito às cauções, eram valores que poderiam ser liquidados no corrente ano ou ainda em anos futuros, do final da empreitada, da receção provisória Depois da receção definitiva, era a terminologia formal que era

---

utilizada, O Deputado disse que tinha compreendido mas o valor referia-se a todas as verbas que tinham sido emprestadas, era capital em dívida dos empréstimos contraídos até agora, no valor de 4.122,605€, os valores não eram os mesmos portanto havia uma diferença numérica, que importava esclarecer, a Dra. Irene disse que faltava referir os subsídios reembolsáveis da energia energética. --

----- Acabada a discussão, não houve votação. -----

----- **Ponto 2 – Cruz Vermelha Portuguesa — Delegação de Aveiras de Cima — Atribuição de apoio**  
----- **P 42/P/2023**

----- Interveio o Sr. Deputado Firmino Amendoeira, dizendo que na cláusula 3, conjuntamente com o Parecer do Advogado, também nº III, havia uma discrepância, pois dizia por um período de 25 anos, o que perguntava era se havia gafe no Parecer se era do Protocolo. -----

----- Interveio a Depurada Maria João Canilho dizendo que a bancada do PSD, não estava muito á vontade para este assunto, tinha sido alvo de muitas reuniões durante a sua apreciação em Câmara, mas achavam sinceramente que não estavam reunidas as condições de salvaguarda da própria Cruz Vermelha Portuguesa, neste caso a própria delegação de Aveiras de Cima. Numa reunião que tinham tido em dezembro, se não lhe falhava a memória o Sr. Presidente tinha dito, e está a vontade para o negar, que uma das questões pelas quais não podíamos abdicar deviam-se a alguns compromissos que estavam assumidos em relação a algumas instituições nomeadamente a Cruz Vermelha Portuguesa, em 350.000 €, neste Protocolo que temos neste momento só há obrigações à Cruz Vermelha, não há obrigações à Câmara, há pois qualquer coisa neste Protocolo que Depois de observado a as gravações de Reuniões de Câmara, há aqui questões que nós levantamos, problemas nomeadamente legais Independentemente do Parecer isto efetivamente nós sabermos e ser público que um empréstimo à Cruz Vermelha Portuguesa, como é que nos assumimos a este prazo os compromissos que não estão refletidos aqui neste protocolo. A Câmara municipal está a assumir neste momento o compromisso para 15 anos, não o podemos fazer, não está correto e acaba por ser uma caução, uma garantia, e as garantias como sabe têm as implicações que têm, por outro lado estava muito expectante com a intervenção do Deputado Nobre sobre este Protocolo, que partilhara com o PSD que também teria algumas dúvidas legais acerca do Protocolo, infelizmente não estava, a bancada do PSD percebia que a Cruz Vermelha estava numa situação muito complicada, que a



---

deixaram chegar a esta situação complicada, não podiam ser coniventes com tal, iriam votar contra esta Proposta. -----

----- Em resposta a estas questões o Presidente disse que não tinha nada que objetar, que era uma questão política, tinham feito o que pareceu ser melhor para a Cruz Vermelha, relativamente ao prazo era realmente de 15 anos. -----

----- O Sr. Deputado David Mendes disse que não compreendia a posição do PSD nem sabia o que era que a motivara, em relação à Sessão de Câmara compreendia porque tinha visto, mas em relação ao Protocolo não via nada que o tornasse impróprio, até tinha visto numa das alíneas, um Ponto desfavorável à Câmara. Do ponto de vista Financeiro não era um valor que a Câmara não pudesse pagar, perguntou ao Sr. Presidente se a Cruz Vermelha tinha algum empréstimo a correr, ao que este lhe respondeu que a Cruz Vermelha faria aquilo que entendesse, o que sabia era que ia desfazer-se de parte do património para financiar parte da obra, não sabia se iam fazer empréstimo ou não. -----

----- Interveio o Sr. Deputado António Torrão para perguntar se não eram necessárias as instalações que a Cruz Vermelha estava a construir, para o desenvolvimento da freguesia de Aveiras, para o Concelho de Azambuja e para a zona onde se encontravam? Tinha sido votado em Assembleia coisas que todos tinham votado, uma instalações que são extremamente precisas na zona para que possam voltar a trabalhar, era uma vergonha Srs. a política não podia ser tudo, se não tivessem coragem de subir aqui perante as pessoas que votaram em nós não vimos para cá , ninguém tinha obrigado, era uma vergonha o que ali se passava, não era real era uma instituição que merecia respeito pelo serviço que prestava, votar contra uma unidade, uma instituição daquelas, era assim mesmo que se sentia, humilhado, estava em jogo pessoas que serviam muita gente, matava a fome a muita gente, a política não podia ser isto, quando não puder trabalhar assim ir-se-ia embora. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Firmino Amendoeira dizendo que votaria a favor, independentemente do que estava inscrito no Parecer, ao que dava como sugestão ao executivo as quatro sugestões dadas pelo Parecer Jurídico. -----

----- Discutida a Proposta foi a mesma colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

----- Contra: 8 (6 PSD, 2 CH) | Abstenção: 2 (2 PSD) | Favor: 17 (11 PS, 5 CDU, 1 BE) -----

----- Aprovado por Maioria. -----

----- A Sra. Deputada Maria João Canilho, do PSD apresentou a Declaração de Voto que se transcreve:

----- “Declaração de Voto Vencido

PROPOSTA N.º 42/P/2023 CRUZ VERMELHA PORTUGUESA- DELEGAÇÃO DE AVEIRAS DE CIMA

Atribuição de apoio financeiro

Os Deputados Municipais abaixo-assinados, votam vencido esta proposta pelas seguintes razões:

1. A Delegação de Aveiras de Cima da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) viu gorada a expectativa de em obter da Câmara Municipal de Azambuja (CMA), o apoio financeiro prometido (350.000 €) até ao momento da liquidação das despesas relativas à construção do seu novo quartel;
2. Não é compatível com a referida expectativa, o pagamento efetivo do apoio financeiro prometido ao longo de 15 anos, em prestações semestrais e iguais;
3. O protocolo não defende a CVP perante o hipotético incumprimento da CMA, por isso é desequilibrado, pois tem cláusulas penalizadoras para a CVP em caso de incumprimento desta, mas esquece idênticas cláusulas penalizadoras em caso de incumprimento da CMA;
4. Porque o município não pode, ou no mínimo não deve, transferir para terceiros encargos de endividamento futuros que deveriam ser seus;
5. Porque é claro, e não podemos fazer de conta que não sabemos, que a forma encontrada pela CMA para apoiar a CVP, visa dar suporte a que esta recorra ao crédito bancário para satisfazer os compromissos de curto prazo que lhe são exigidos;
6. Que a situação referida no número anterior, configura uma violação do número 7 e 8 do artigo 49.º da Lei n.º 73 / 2013 de 3 de setembro e em consequência, não pode ser usado para esse fim;
7. Lamentamos profundamente que a inércia da gestão municipal, liderada pelo Sr. Presidente Silvino Lúcio e suportada pelo PS e CDU, que em 9 de dezembro de 2022 afirmava na assembleia municipal realizada no Convento das Virtudes, que não podia baixar os impostos municipais para honrar este compromisso de apoio financeiro à CVP entre outros, tenha demorado todo este tempo para apresentar uma proposta de apoio à CVP. Deixando assim para a última, para o momento em estão a vencer-se as obrigações da CVP, para o momento em que esta não tem alternativa, levá-la a aceitar um protocolo que lhe é penalizador;
8. Temos consciência das necessidades da CVP, mas esse facto não é justificativo para desrespeitar a legalidade.

Manique do Intendente, 29 de junho de 2023

Os membros da Assembleia Municipal de Azambuja” -----

----- **Ponto 3 – Abertura de procedimentos concursais e designação de júri para cargos de Direção**

**Intermédia de 2º Grau ----- P 44/P/2023**

----- Não havendo discutida a Proposta foi a mesma colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

----- **Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 27 (11 PS, 8 PSD, 5 CDU, 2 CH e 1 BE)** -----



---

----- Aprovado por Unanimidade. -----

----- **Ponto 4 – Reconhecimento de interesse público para a construção de Centro de Recuperação e Tratamento de Resíduos Não Perigosos e Não Metálicos — Processo nº 24/22 PIP em nome de ECOCICLO — Energia e Ambiente, S.A. ----- P 45/P/2023**

----- Interveio a Sra. Deputada Marta Diniz, dizendo que a Declaração de Interesse Público Municipal não podia continuar a servir para passar um pano sobre a ação direcionaria e com muita inércia relativamente ao nosso Concelho e do nosso executivo, a sua localização também não era a melhor, uma empresa que ao longo da Nª3, traria mais trânsito, cerca de 30 camiões por dia, e pioraria as condições de circulação de quem por lá passasse, posto isto colocou a questão de para quando uma alternativa a esta estrada para a passagem de veículos pesados? Não existia qualquer revitalização do Concelho, nem qualquer incentivo ao seu crescimento, com estas indústrias exploradoras, sabiam que empregaria apenas 7 trabalhadores, gostava de perguntar ao Sr. Presidente se sabia qual o nível salarial destes, e como seriam as suas condições de trabalho. -----

----- Interveio a Sra. Deputada Helena Maciel, dizendo não estar em causa o desenvolvimento nem as soluções de empregabilidade ou uma indústria não poluente, estava em causa Vila Nova da Rainha servir e nunca ser servida, os bónus vão para os outros, teria de reconhecer o Interesse Público deste projeto, mas tinha de pensar em pagar o IMI da mesma maneira, faz-lhe confusão pensar em definir Interesse Público e quando há a construção de armazéns, ninguém perguntava nada a ninguém e vocês amanhem-se. Disse que o voto ia ser contra. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Firmino Amendoeira, que disse este tipo de Propostas deveria vir acompanhado da criação de ecocentros de cada freguesia que recolhesse as madeiras, essa era a única forma de fazer o BE votar favoravelmente, por isso o voto seria contra para a Declaração de Interesse Público. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Horácio Ribeiro, dizendo que o projeto era positivo, merecendo apenas um reparo à futura empresa, considerando que não estava considerada a alternativa prevista no próprio projeto poderia ter de apresentar algumas limitações, era de importância relevante a instalação de empresas que se esticassem à reciclagem de madeiras, até porque as mesmas não abundam por aí, a concretizar-se o projeto, Azambuja seria um dos poucos Municípios a ter esta



---

tipo de infraestrutura, que sendo de recursos finitos deviam ser reutilizados ao máximo para evitar a sua instalação junto dos contentores do lixo, por outro lado a instalação da empresa traduzia riqueza e emprego, ainda que o número de postos de trabalho não fosse relevante, considerava contudo que este tipo de atividade devia ter o acompanhamento devido, para o qual foi pedido o Interesse Público. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Carlos Fonte dizendo que a bancada do CH vinha a falar de resíduos perigosos ou não, e no Executivo Municipal tratar deste assunto, esta Proposta tinha-lhes chegado à mão sem um estudo do Parecer rodoviário, chegaram ao ponto de chegar à conclusão de que não havia o estudo ambiental sobre esta empresa, toda a gente sabia que o ruído desta empresa em madeira. Dependia daquilo que lá fosse colocado, não aparecia em qualquer lado que a empresa fosse receber os sobrantes, que era um dos problemas do nosso Concelho, na reunião que tiveram de esclarecimento. Também não tinha sido esclarecido se poderia vir a concluir-se a aceitação desses sobrantes, o que interessa à empresa é que nós lá vamos colocar paletes, vamos lá colocar móveis e não sei o quê, e ainda vamos a ver se não temos de colocar aquilo com uma guia do Ministério do Ambiente, para nos complicar a situação, situações como esta Proposta, devido à documentação, a bancada do Partido CH, vai votar contra. -----

----- Interveio o Sr. Deputado José Navarro dizendo que na reunião ordinária do dia 15 de fevereiro de 2022, tinha sido aprovada uma Proposta para a regulamentação do Interesse Municipal, e até hoje nada, até hoje apareciam Propostas de Interesse Público, nem todas as Propostas que apareciam a reclamar o Interesse Público, são aceites, só algumas é que vinham à Assembleia, só algumas é que eram aprovadas, quais é que eram os critérios, não sabemos, porque há um ano e meio não se fez a Proposta do Interesse Público para ser clara e transparente, iriam considerar a haver a história do Interesse Público, conforme as conveniências, e para ele havia um bicho escondido porque o rabo estava de fora, agora por outro lado politicamente o Interesse Público era uma chantagem política que não aceitava a partir de agora, e isto tinha alguma coisa por detrás e se não tinha, já devia ter havido com o Regulamento cá fora. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Nelson Rodrigues, dizendo, como dissera o Deputado Firmino Amendoeira, não estavam a votar a Proposta para instalar a Sonae naquele centro, estavam ali para



---

votar o Interesse Público Municipal, e em lado nenhum da Proposta apresentada, via uma explicação para o Interesse Público, aliás o Sr. Presidente que era quem assinava o interesse Público Municipal, dizia no seu Despacho, que o Interesse Público Municipal era expresso e aduzido pela Sonae, quando tais folhas não estavam na Proposta apresentada, e o que retirava daqui era que era a Sonae que diz o que é o Interesse público Municipal, porque a Câmara não o dizia, e gostava de perceber onde é que este projeto em concreto, era de Interesse Público Municipal para o Concelho de Azambuja. -

----- O Sr. Presidente disse que aumentava o tráfego, há uma estrada logo a seguir à SIVA, para ligar, andavam a tentar que essa solução fosse viável, também estavam com a Junta de freguesia de Vila Nova e de Azambuja, a encontrar outro tipo de soluções que pudesse passar eventualmente pelo campo de Azambuja, uma nova via até ao Carregado, eram assuntos que estavam em cima da agenda com o IP, e iriam continuar essa prerrogativa, quanto ao nível salarial dos empregados, não sabia responder, quanto à Deputada Helena Maciel disse que a Cenoura vai para os outros, disse que Vila Nova Da Rainha não era uma ilha, tinha uma situação geográfica favorável e sabia que dali Dependiam muitos impostos, para dar nota de um imposto que era devido ao Município e há anos que andava para ser retirado, estavam numa frente de batalha com as entidades que têm responsabilidades, que é a Derrama, o Pingo Doce tinha pago 400 e poucos euros de Derrama, isto para ver como é que Azambuja tinha sido tratada ao longo destes anos, votaria contra era a sua opinião. Quanto ao Deputado Firmino tinha falado na possibilidade de existirem ecocentros, estavam a definir com as Freguesias, territórios para fazer esse tipo de ecocentros, não sabia se conseguia fazer em todas as freguesias numa primeira fase, mas era intenção da Câmara fazer um encaminhamento necessário, para que fossem valorizadas. Estamos a pedir o Interesse Público, porque o terreno onde vai ser instalado é florestal, e portanto os Interesses Públicos só eram pedidos sobre dois tipos de territórios, o Florestal e o Agrícola e como aquele território é Florestal daí o Interesse Público, quanto ao Deputado Horácio tinha dito que o projeto era relevante para o Concelho, o Carlos Fontes falou que devia de haver mais um conjunto de estudos, e que vai votar contra, o Sr. Nelson Rodrigues uma coisa ligava-se à outra, e acerca do Sr. José Navarro nada tinha a dizer. -----

----- O Sr. Deputado Firmino Amendoeira, disse que a Câmara tinha deliberado submeter à Assembleia Municipal o Interesse Público, para o efeito, é evidente que para pedir isto, tem de



---

explicar para que é que o pede, cabia-lhe fazer uma contraproposta e se a empresa em vez de ter comprado terreno florestal, tivesse comprado terreno industrial, se só cá vem por causa do interesse Público. -----

----- O Sr. Deputado Nelson Rodrigues perguntou de novo qual o Interesse Público Municipal para o Município, a que o Sr. Presidente disse que o Interesse Público Municipal, era a instalação da empresa. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 6 (3 PSD, 2 CH e 1 BE) | Abstenção: 2 (1 PS e 1 PSD) | Favor: 18 (10 PS, 3 PSD, 5 CDU) ---

----- A proposta foi aprovada por maioria. -----

----- **Ponto 5 – Revisão Orçamental** ----- **P 47/P/2023**

----- O Sr. Presidente deu a palavra à Dra. Irene, Diretora de Departamento Financeiro, a que ela disse Que a Proposta vinha a Assembleia por quatro razões, uma dela prendia-se com a necessidade de promover a cabimentação para os anos seguintes de apoios da Cruz Vermelha e das Associações Humanitárias de Bombeiros, outra das explicações cria-se à necessidade de uma nova ação do Plano, decorrente das candidaturas que foram submetidas ao PRR, foram submetidas 9 candidaturas no âmbito das Acessibilidade 360, só havia uma candidatura aprovada, as outras ainda não havia resultados, mas a canalização da receita ia ser por via de uma nova ação do Plano, a terceira explicação tinha a ver com o Cemitério de Aveiras de Cima, que pela sua dimensão tornara aconselhável a que fosse feita uma subdivisão, uma nova criação de ação do Plano só para o Cemitério de Aveiras de Cima, no fundo tinha sido dividir as ações do Plano inerentes aos Cemitérios. Por fim tinham tomado conhecimento das Verbas que são adstritas à Ação Social, e uma vez que estaríamos a receber menos verbas, diminuámos essas verbas, ou seja, diminuámos as verbas nas duas partes do Orçamento. -----

----- Não tendo havido intervenção a Proposta foi colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 11 (8 PSD, 2 CH e 1 BE) | Favor: 16 (11 PS, 5 CDU) -----

----- Aprovado por Maioria. -----



---

----- Ponto 6 -- Projeto de Regulamento do Fundo Financeiro de Apoio ao Comércio Local no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbano de Azambuja (PARU) — Após consulta pública

----- P 49/P/2023

----- O Presidente disse que o Regulamento, vinha no sentido de auxiliar os comerciantes lesados por todo o Âmbito das obras no Freguesia, foi feita uma consulta pública, que só tinha tido um freguês inscrito. -----

----- Interveio a Sra. Deputada Maria João Canilho, dizendo que a Proposta vinha no sentido de auxiliar as comerciantes que se sentiam lesados com as obras, pelo que o voto PSD, seria a favor. -----

----- Interveio a Deputada Marta Diniz, para dizer que a CDU, se encontrava verdadeiramente feliz com este Regulamento, numa Assembleia passada tinham interrogado o Sr. Presidente, se haveria este tipo de apoios, voltamos a perguntar numa outra Assembleia e a resposta foi sim, e entendiam que a pergunta tinha sido essencial, pois talvez não existisse o Regulamento, era necessário apoiar o comercio local, e esse esforço não se podia fazer apenas após se dar cabo do mesmo, seria necessária a valorização dos comerciantes através de uma mais justa distribuição da riqueza, atuando e minimizando a influência das grandes multinacionais no Concelho de Azambuja, promovendo os produtos locais e projetos de demonstração dos mesmos. -----

----- Interveio o Sr. Deputado Firmino Amendoeira para dizer que o Regulamento era bem-vindo, embora houvesse comerciantes que já tinham fechado as portas e outros iriam fechar a seguir, não sabia calcular qual seria o valor justo para auxiliar estes comerciantes, havia uma situação que ele não percebia bem, era a rua Victor Cordon, Moniz da Maia e mais aquelas do Rossio, o tempo que contava era desde o início do fim da obra, ou era complementada como tinha sido a construção? Ou aquilo estava dividido em quantas partes? Já lera uma expressão que designava obras ao pé da porta e isso fazia com que houvesse pessoas que só tiverem dois dias ou três, o problema era só este, saber como é que ia ser feita o cálculo. -----

----- O Sr. Presidente disse que a intervenção da Deputada Marta Diniz foi um texto lido e não tinha conhecimento que nenhuma empresa tenha fechado as portas neste período, estava a falar com o Vice e durante este tempo abriram duas empresas, era sinal de que o Comércio tinha alguma vitalidade, a obra tinha sido feita por fases, não tinha ali presente se os subsídios eram feitos por fazes ou se eram no período da obra toda, o que se pretendia com este Regulamento, não era salvar



as empresas era atribuído um apoio financeiro para minimizar os prejuízos, conforme estava expresso no Regulamento. -----

----- A Proposta foi colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 27 (11 PS, 8 PSD, 5 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- Aprovado por Unanimidade. -----

----- **Ponto 7 — Ampliação do Cemitério de Aveiras de Cima** ----- **P 54/P/2023**

----- Interveio o Sr. Deputado José Navarro que disse que no primeiro considerando desta Proposta era dito que o Cemitério de Aveiras de Cima estava a chegar ao seu limite de capacidade, estávamos perante um Executivo que antes de atingir o limite avançava antes que este fosse atingido, mas não, na ata da Assembleia de 9/12 diz o Sr. Presidente disse que como se dizia o Cemitério de Aveiras que estava em rotura já há muito tempo, agora em julho estava no limite, pena é que fizessem apenas 70% do projeto, o que era pena, ao menos os funerais de Aveiras de Cima não têm que ir para outros sítios como tinha acontecido durante estes seis meses entre o estar em rotura em dezembro e aparecer finalmente o lançamento do concurso. -----

----- A Proposta foi colocada a votação, tendo obtido o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 0 | Favor: 26 (11 PS, 8 PSD, 4 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma votada por unanimidade. -----

\*\*\*\*\*

**VII – APROVAÇÃO DA MINUTA** -----

----- Aprovada por unanimidade -----

\*\*\*\*\*

**VIII – ENCERRAMENTO** -----

----- Eram vinte e três horas e cinquenta minutos, quando a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

----- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos através do Youtube e poderão ser visualizados em: -----

----- <https://youtu.be/lhOZLoAGKR0> -----



---

----- Para constar se lavrou a presente ata, a qual Depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

**A Presidente da Assembleia Municipal de Azambuja,**

---

Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos

**Primeira Secretária,**

---

Maria Fernanda Fidalgo

**Segundo Secretário,**

---

José Luis Marques dos Santos